Diário Oficial do MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maragogipe

Sexta-feira • 30 de Junho de 2023 • Ano XIII • Nº 4427

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Sumário

Leis ..... 02 a 76

Acesse o QR Code e tenha acesso a esse diário na íntegra

Gestor - VALNÍCIO ARMEDE RIBEIRO / Secretário - Governo / Editor - Prefeito
Durval de Moraes, 01 Centro

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE

Leis

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGIPE

ADMINISTRAÇÃO
VALNICIO ARMEDE RIBEIRO

LDO 2024

SECTETARIA DE PLANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

SUMÁRIO

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I - DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CAPÍTULO II - DAS METAS E RISCOS FISCAIS

CAPÍTULO III - DIRETRIZES E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES.

SEÇÃO I - Das Disposições Gerais

SEÇÃO II - Da Estrutura e Organização dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

SEÇÃO III - Da Descentralização de Créditos Orçamentários consignados aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

SEÇÃO IV - Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos e suas Alterações

CAPÍTULO IV - DA GERAÇÃO DA DESPESA

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E POLÍTICA DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS

SEÇÃO I - Das Disposições Gerais

SEÇÃO II - Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES DO REGIME DE GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL

SEÇÃO I - Das Disposições Gerais

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

ANEXOS

ANEXO I – PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

ANEXO II – METAS FISCAIS

- ✓ Demonstrativo de Metas Fiscais e Memória de Cálculo Anexo
- ✓ Avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício anterior
- ✓ Metas anais fixadas nos três exercícios anteriores Anexo
- ✓ Demonstrativo da evolução do patrimônio liquido Anexo
- ✓ Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativo Anexo
- ✓ Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência do Servidor
- ✓ Estimativa e compensação da renúncia de receita
- ✓ Demonstrativo da Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

ANEXO III – RISCOS FISCAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 002/2023, DE 15 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAGOGIPE, ESTADO DA BAHIA, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Maragogipe para o exercício de 2024, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 62 e 159, da Constituição Estadual, e Art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, compreendendo:

I. Metas e prioridades da administração pública municipal

II. Metas e riscos fiscais

III. Diretrizes e estrutura organizacional para elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações.

IV. Geração da despesa

V. Disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais

VI. Disposições sobre alterações na legislação tributária e política de arrecadação de receitas

VII. Disposições do regime de gestão fiscal responsável

VIII. Disposições finais

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO I
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2° – As prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2024, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município e as de funcionamento dos órgãos, fundos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, estarão constantes no Anexo I, que integra esta Lei.

Parágrafo Único – Com relação às prioridades de que trata o caput deste artigo observar-se-á, ainda, o seguinte:

I – poderão ser alteradas no Projeto de Lei Orçamentária para 2024 se ocorrer a necessidade de ajustes nas diretrizes estratégicas do Município;

II – em caso de necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira os órgãos, fundos e entidades da Administração Pública Municipal deverão ressalvar, sempre que possível, as ações prioritárias vinculadas às prioridades estabelecidas nos termos deste artigo, tendo como referência o que estabelece o artigo 20 desta Lei.

Art. 3º As prioridades da gestão pública municipal para o exercício financeiro de 2024, contemplarão ainda:

I. Desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, e para a redução das desigualdades e disparidades sociais;

II. Ampliação e modernização da infraestrutura econômica, reestruturação e modernização da base produtiva do Município, objetivando promover o seu desenvolvimento econômico utilizando parcerias com os segmentos econômicos da comunidade e de outras esferas de governo;

III. Promoção do desenvolvimento voltado à consolidação e ampliação da capacidade produtiva e à conciliação entre a eficiência econômica e a conservação;

IV. Desenvolvimento institucional mediante a modernização, reorganização

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

da estrutura administrativa e o fortalecimento das instituições públicas municipais com vistas à melhoria da prestação dos serviços públicos;

V. Desenvolvimento de ações com vistas ao incremento da receita, com ênfase no recadastramento dos imóveis, e à administração e execução da dívida ativa, adoção de medidas de combate à inadimplência, à sonegação e à evasão de receitas, investindo, também, no aperfeiçoamento, informatização, qualificação da estrutura da administração, na ação educativa sobre o papel do contribuinte – cidadão;

VI. Consolidação do equilíbrio fiscal através do controle das despesas, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos ao cidadão e austeridade na utilização dos recursos públicos;

VII. Ampliação da capacidade de investimento do Município, através das parcerias com os segmentos econômicos da cidade e de outras esferas do governo;

VIII. Ampliação e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, especialmente, o acesso da população aos serviços básicos de saúde, priorizando as ações que visem a redução da mortalidade infantil e das carências nutricionais;

IX. Desenvolvimento de ações que possibilite a melhoria das condições de vida nas aglomerações urbanas, críticas, permitindo que seus moradores tenham acesso indiscriminado aos serviços de saneamento, habitação, transporte coletivo e outros;

X. Implantação de políticas públicas e ações afirmativas voltadas à cidadania e a dignidade da pessoa humana, com vistas a corrigir e diminuir as desigualdades;

Parágrafo único – As prioridades e metas poderão ser alteradas, se durante o período de elaboração e apreciação do projeto de Lei Orçamentária para 2024 do Poder Público, e que contribuam para o atendimento dos objetivos pretendidos pelos programas governamentais.

Art. 4º - Em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000, integram esta Lei os seguintes anexos:

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

Tabela 01 - Demonstrativos dos Riscos Fiscais e Providências;

Tabela 02 - Metas Anuais;

Tabela 03 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Tabela 04 - Metas Fiscais Atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

Tabela 05 - Evolução do Patrimônio Líquido;

Tabela 06 - Origem e Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos;

Tabela 07 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;

Tabela 08 - Projeção Atuarial do RPPS;

Tabela 09 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Tabela 10 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

Tabela 11 - Metas e Prioridades.

§ 1º - Os anexos que integram esta Lei foram elaborados conforme orientações constantes do manual editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

CAPÍTULO II
DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 5º - As metas fiscais para o exercício de 2024 são as constantes do Anexo I da presente Lei.

Parágrafo único - As metas fiscais poderão ser ajustadas no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2024, se verificado, quando da sua elaboração, alterações dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da respectiva execução e modificações

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

na legislação e do desempenho da economia, que venham a afetar esses parâmetros.

Art. 6º - Serão definidos os Riscos Fiscais da Administração Municipal constantes do Anexo II desta Lei, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas caso se concretizem.

Art. 7º - A elaboração do Projeto da Lei Orçamentária de 2024, a aprovação e a execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social integrantes da respectiva lei serão direcionados para:

I. atingir as metas fiscais relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública, conforme previsto nos § 1º, 2º e 3º, do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/00;

II. evidenciar a responsabilidade da gestão fiscal, mediante uma ação planejada e transparente, possibilitando o acesso público às informações relativas ao orçamento anual, inclusive por meios eletrônicos e através da realização de audiências ou consultas públicas;

III. impulsionar a eficiência e economicidade na utilização dos recursos públicos disponíveis e aumentar a eficácia e efetividade dos programas por eles financiados;

IV. possibilitar o atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas;

V. observância aos limites de pessoal, dívida, aplicação dos recursos de impostos destinados a educação e saúde, e outras determinações legais.

CAPÍTULO III
DIRETRIZES E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES.

SEÇÃO I
Das Disposições Gerais

Art. 8º - A Lei Orçamentária Anual obedecerá aos princípios da Unidade, Universalidade e Anualidade, estimando a Receita e fixando a Despesa,

sendo estruturada na forma definida na Lei Complementar nº 101/2000, nesta Lei e, no que couber, na Lei nº 4.320/1964.

§ 1º - A discriminação da receita obedecerá à estrutura e aos conceitos constantes da Portaria Interministerial nº163, de 04 de maio de 2001, com as alterações posteriores (Anexo Portaria STN nº 831, de 2021, atualizado até a Portaria STN nº 10.460, de 7.12.2022) e demais normas complementares pertinentes, notadamente o estabelecido por Portaria conjunta STN/SOF e TCM/BA.

§ 2º - A discriminação da despesa será efetuada por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando as modalidades de classificação, a saber:

I. Classificação institucional:
   a) poder;
   b) órgão;
   c) Entidade;
   d) Unidade orçamentária.

II. classificação funcional:
   a) função;
   b) subfunção;
   c) programa;
   d) projeto, atividade ou operação especial.

§ 3º - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 9º - Os recursos do Tesouro Municipal serão alocados para atender, em ordem de prioridade, às seguintes despesas:

I. pessoal e encargos sociais, observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000;

II. juros, encargos e amortizações da dívida fundada interna e externa em observância às Resoluções nos 40 e 43/2001 do Senado Federal e

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

respectivas alterações;

III. contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos ou de convênios, contratos de repasses ou outros instrumentos similares, observados os respectivos cronogramas de desembolso;

IV. outros custeios administrativos e aplicações em despesas de capital.

Parágrafo único. As dotações destinadas às despesas de capital, que não sejam financiadas com recursos originários de contratos ou convênios, somente serão programadas com os recursos oriundos da economia com os gastos de outras despesas correntes, desde que atendidas plenamente às prioridades estabelecidas neste artigo.

Art. 10 - Somente serão incluídas na proposta Orçamentária dotações financiadas com as operações de crédito mediante Lei Autorizativa do Poder Legislativo, observadas as vedações e restrições previstas na Lei Complementar 101/2000.

Art. 11 - Na programação de investimentos da Administração Pública direta e indireta, além do atendimento às metas e prioridades definidas para o exercício na forma do art. 2º desta Lei, observar-se-ão as seguintes regras:

I. - a destinação de recursos para projetos deverá ser suficiente para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício;

II. - será assegurada alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;

III. - não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

SEÇÃO II
Da Estrutura e Organização dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Art. 12 - Para fins desta Lei conceituam-se:

I. **Função**: o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

competem ao setor público;

II. **Subfunção**: a partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

III. **Programa**: o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV. **Atividade**: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V. **Projeto**: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI. **Operação Especial**: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;

VII. **Categoria de Programação**: a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais;

VIII. **Órgão**: Entidade integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;

IX. **Unidade Orçamentária**: o órgão, a entidade ou fundo da administração pública municipal, direta ou indireta, a que serão consignadas dotações na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais para a execução das ações integrantes do respectivo programa de trabalho;

X. **Categoria de Despesa**: representa o efeito econômico da realização das despesas; XI. Grupo de Despesa, representa um agregador de elemento de despesa com as mesmas características quanto ao objeto do gasto;

XI. **Modalidade de Aplicação**: representa a forma como os recursos serão

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

aplicados, podendo ser diretamente ou sob a forma de transferência a outras entidades públicas ou privadas que se encarregarão da execução das ações;

XII. **Fonte de Recursos**: representa um agrupamento de natureza de receitas ou recursos indicados para realizar despesas;

XIII. **Despesas Fixas Obrigatórias**: são as decorrentes dos seguintes gastos: despesas com o Serviço da Dívida Municipal; os gastos relativos ao pagamento da folha normal de Pessoal e seus Encargos Sociais; e as despesas necessárias ao cumprimento de obrigações constitucionais, bem como de obrigações estabelecidas na Lei Orgânica Municipal;

XIV. **Outras Despesas Fixas**: são aquelas decorrentes de obrigações Contratuais ou Convênios, incluindo Contrapartidas, firmados pela Administração Municipal, bem como aquelas relativas à conservação do patrimônio público;

XV. **Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD)**: instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa, Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos, constituindo-se em instrumento de execução orçamentária e gerência;

XVI. **Transposição**: o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;

XVII. **Remanejamento**: a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

XVIII. **Transferência**: o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro para atender passivos contingentes;

XIX. **Reserva de Contingência**: a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, os quais incluem as alterações e adequações orçamentárias em conformidade com o disposto na Lei nº. 4.320/1964.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

XX. **Passivos Contingentes**: questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

XXI. **Créditos Adicionais**: as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;

XXII. **Crédito Adicional Suplementar**: as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;

XXIII. **Crédito Adicional Especial**: as autorizações de despesas, mediante Lei específica, destinadas à criação de novos projetos ou atividades não contemplados na Lei Orçamentária;

XXIV. **Crédito Adicional Extraordinário**: as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;

XXV. **Alteração do Detalhamento da Despesa**: a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos, sem alterar o valor global do projeto ou atividade.

XXVI. **Descentralização de Créditos Orçamentários**: a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias para execução de ações orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Município, mediante delegação de atribuição e competência, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, para a realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão/unidade de origem;

XXVII. **Provisão**: ato formal, consubstanciado em Portaria, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, em ato próprio,

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

pelo Presidente da Câmara de Vereadores, ou de dirigente com expressa delegação, que operacionaliza a descentralização de crédito;

XXVIII. **Descentralização Interna**: é a cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrante de um mesmo órgão (secretaria ou órgão diretamente subordinado ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara) ou de uma mesma entidade (autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente);

XXIX. **Descentralização Externa**: é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas e unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades.

XXX. **Metas**: são medidas de alcance do compromisso, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa;

Art. 13 – A elaboração e execução do orçamento para o exercício de 2024 que deve estar compatível com o Plano Plurianual – PPA (2022 – 2025) e, em consonância com as seguintes diretrizes fundamentais:

I. equilíbrio das contas públicas municipais;

II. transparência na elaboração e gestão dos orçamentos municipais;

III. austeridade na utilização e otimização dos recursos públicos;

IV. obtenção de níveis satisfatórios de arrecadação tributária municipal;

V. respeito aos princípios orçamentários.

Art. 14 – A elaboração do projeto de lei, aprovação e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2024, deverá ser realizada com a transparência e publicidade da gestão fiscal, relativa a cada uma das etapas sob a responsabilidade dos Poderes do Município, observando-se os princípios da unidade, universalidade, anualidade, exclusividade, publicidade, etc.

Parágrafo único – A transparência na elaboração e gestão dos orçamentos municipais será buscada através do incentivo a participação popular mediante realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão da Lei Orçamentária.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

Art. 15 – A estimativa de receita será realizada conforme as normas técnicas e legais, considerando os efeitos das alterações da legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou algum outro fator econômico relevante.

Art. 16 - O orçamento fiscal compreenderá a receita e a programação da despesa dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos da administração direta, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 1º - O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e transferências oriundas de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, observando o que dispõe a Constituição Federal em seus arts. 211 e 212 e incisos.

Art. 17 - O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e as programações dos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Município, inclusive seus fundos e fundações, que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

I. impostos a que se refere o art. 156 da Constituição Federal;

II. recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b, e § 3º da Constituição Federal e das transferências a título de compensação financeira pela perda de receitas decorrentes da desoneração das exportações - Lei Complementar nº 87/96;

III. receitas resultantes da cobrança da Dívida Ativa Tributária, Multas, Juros de Mora e Correção Monetária decorrentes de impostos de que trata o inciso I deste parágrafo.

Art. 18 - São consideradas como ações e serviços públicos de saúde, para efeito da aplicação dos recursos de que trata o art. 198, § 2º, da Constituição Federal, as despesas relacionadas a programas finalísticos e de apoio à saúde, inclusive administrativos, que atendam simultaneamente aos princípios do art. 7° da Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, suas alterações e atualizações, e às seguintes diretrizes:

I. acesso universal e igualitário de que trata o art. 196 da Constituição Federal e observância do princípio da gratuidade estabelecido pelo art. 43

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

da Lei Federal nº 8.080/90;

II. aplicações em conformidade com as metas e os objetivos explicitados no Plano de Saúde do Município; e

III. responsabilidade específica do setor de saúde, não se confundindo em nenhuma hipótese com despesas relativas a outras políticas públicas voltadas para a melhoria dos índices sociais e econômicos em geral - renda, educação, alimentação, saneamento, lazer, habitação, etc. - que apresentem reflexos sobre as condições de saúde.

Art. 19 - Atendido o que dispõe o Art. 17 da presente Lei e observado o que dispõe a Lei Complementar 141/12, consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde as relativas à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

I. vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária;

II. atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais;

III. capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);

IV. desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS;

V. produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como: imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos;

VI. saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que seja aprovado pelo Conselho de Saúde do ente da Federação financiador da ação e esteja de acordo com as diretrizes das demais determinações legais;

VII. manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças;

VIII. investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos

públicos de saúde;

IX. remuneração do pessoal ativo da área de saúde em atividade nas ações de que trata este artigo, incluindo os encargos sociais;

X. ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS e imprescindíveis à execução das ações e serviços públicos de saúde; e

XI. gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde.

§ 1º - Além de atender aos critérios estabelecidos nos artigos 17 e 18, as despesas com ações e serviços de saúde, realizadas pelo Município deverão ser financiadas com recursos alocados por meio do respectivo Fundo de Saúde, nos termos do art. 77, § 3º, do ADCT/CF.

§ 2º - Fundo Municipal de Saúde deve constar na Lei Orçamentária Anual, em unidade orçamentária específica que contenha, exclusivamente, programas vinculados às ações e serviços públicos de saúde, com a referida denominação, devidamente compatibilizados com o Programa Municipal de Saúde

§ 3º - Toda e qualquer despesa efetivada pelo município em ações e serviços de saúde será realizada por meio da unidade orçamentária mencionada neste artigo.

Art. 20 - Em conformidade com os princípios e diretrizes mencionados nos arts. 8º e 9º desta Lei, e na Lei Complementar 141/12, não são consideradas como despesas com ações e serviços públicos de saúde, para efeito de aplicação do disposto no art. 77 do ADCT/CF, as relativas a:

I. pagamento de aposentadorias e pensões, inclusive dos servidores da saúde;
II. pessoal ativo da área de saúde quando em atividade alheia à referida área; III assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal;
III. merenda escolar e outros programas de alimentação, ainda que executados em unidades do SUS, ressalvando-se o disposto no inciso II do art. anterior;
IV. saneamento básico, inclusive quanto às ações financiadas e mantidas com recursos provenientes de taxas, tarifas ou preços públicos instituídos para

essa finalidade;

V. limpeza urbana e remoção de resíduos;

VI. preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos entes da Federação ou por entidades não governamentais;

VII. ações de assistência social;

VIII. obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede de saúde; e

IX. ações e serviços públicos de saúde custeados com recursos distintos dos especificados na base de cálculo definida em Lei ou vinculados a fundos específicos distintos daqueles da saúde.

Art. 21 - A proposta Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará Poder Legislativo até 30 de agosto de 2023, compreenderá o orçamento fiscal contendo a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, e seus Órgãos, Autarquias e Fundos Municipais instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal, e o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados da administração direta e indireta do Município, além da mensagem conterá:

I. Projeto de lei orçamentária anual;

II. Quadros orçamentários consolidados;

III. Anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III do caput, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são:

I. Evolução da receita do Município, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição;

II. Evolução da despesa do Município, segundo as categorias econômicas;

III. Demonstrativo da receita e da despesa, segundo as categorias econômicas;

IV. Resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas;

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

V. Despesas orçamentárias segundo Poderes e Unidades, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação;

VI. Programa de trabalho de governo - despesas orçamentárias por funções, subfunções, programas, projetos/atividade/operações especiais;

VII. Despesas orçamentárias por funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais;

VIII. Despesas orçamentárias por funções, subfunções e programas, conforme o vínculo com os recursos;

IX. Despesas orçamentárias por órgãos e funções.

Art. 22 - A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

I. Às ações relativas à saúde e assistência social;

II. Ao atendimento às ações de alimentação escolar;

III. Às despesas com o desenvolvimento do ensino fundamental;

IV. Ao pagamento de precatórios judiciários, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 23 - Na fixação das despesas serão observados prioritariamente os gastos com:

I. pessoal e encargos sociais;
II. serviços da dívida pública municipal;
III. contrapartida de convênios e financiamentos;
IV. projetos e obras em andamento que ultrapassem a 30% (trinta por cento) do cronograma de execução.

§ 1º - Os recursos originários do Tesouro Municipal serão, prioritariamente, alocados para atender às despesas com pessoal e encargos sociais, nos limites previstos na Lei Complementar nº 101/2000, e serviços da dívida, somente podendo ser programados para outros custeios administrativos e despesas de capital, após o atendimento integral dos aludidos gastos.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

§ 2º - As atividades de manutenção básica terão preferência sobre as atividades que visem a sua expansão.

§ 3º - Não poderão ser incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, salvo nos casos previstos em Lei específica.

Art. 24 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde e educação, observando o disposto no art. 16 da Lei no 4.320, de 1964, e nas áreas de cultura, meio ambiente e outras quando definidas em legislação específica.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2023 por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - Os recursos destinados a título de subvenções sociais, somente serão alocados nos órgãos, entidades e fundos, que atuam nas áreas citadas no caput deste artigo.

§ 3º - Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, observado o que dispõe o art. 116 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e a Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 25 - A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, deverá ser autorizada por Lei específica, atendidas as condições nela estabelecidas.

Art. 26 – A discriminação da receita será efetuada de acordo com o estabelecido pela Portaria Interministerial STN/SOF nº163/2001 e suas alterações, e pelo Ato nº 456/2019 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, alterado pelo Ato nº 217/2020.

Art. 27 - A receita municipal será constituída da seguinte forma:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

I. dos tributos de sua competência;
II. das transferências constitucionais;
III. das atividades econômicas que, por conveniência, o Município venha a executar;
IV. dos convênios e contratos de repasses firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios, bem como com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais, firmados mediante instrumento legal;
V. das oriundas de serviços executados pelo Município; VI da cobrança da dívida ativa;
VI. das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;
VII. dos recursos para o financiamento da Educação, definido pela legislação vigente;
VIII. dos recursos para o financiamento da Saúde, definidos pela legislação vigente;
IX. de Emendas Parlamentares; XII de Emendas Impositivas XIII de outras rendas.

Art. 28 - Nos orçamentos fiscal e da seguridade social, a apropriação da despesa far-se-á por categoria de programação, compreendendo a identificação da despesa, sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais, conforme conceitos estabelecidos nesta Lei.

§ 1º - Para fins de integração do planejamento e orçamento, será adotada, no âmbito do Município, a classificação por função, subfunção e programa a que se refere a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministro de Estado do Orçamento e Gestão, alterada pela Portaria SOF nº 67 de 20 de julho de 2012.

§ 2º - Os órgãos da Administração Direta, os Fundos e as entidades da Administração Indireta, responsáveis direta ou indiretamente pela execução das ações de uma categoria de programação, serão identificados na proposta Orçamentária, como Unidades Orçamentárias.

§ 3º - As dotações atribuídas às unidades Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em crédito adicional, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta, integrante dos orçamentos fiscal e da seguridade social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

§ 4º - As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes poderão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 5º - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 6º - A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

§ 7º - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão os grupos de natureza de despesa que constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

1 - Pessoal e Encargos Sociais;
2 - Juros e Encargos da Dívida;
3 - Outras Despesas Correntes;
4 – Investimentos;
5 - Inversões Financeiras; e 6 - Amortização da Dívida.

§ 8º - A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I. mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou
b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II. diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 9º - A especificação da modalidade de que trata o **§ 8º** observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I. governo estadual - **30**;

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

II. administração municipal - **40**;
III. entidade privada sem fins lucrativos - **50**;
IV. consórcios públicos - **71**;
V. aplicação direta - **90**; ou
VI. aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - **91**.

Art. 29 - A alteração da Modalidade de Aplicação, devido à sua natureza de informação gerencial, poderá ser efetivada durante o exercício financeiro, desde que verificada inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução da despesa naquela modalidade prevista inicialmente, devidamente justificada, mediante Decreto, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, em ato próprio, pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

SEÇÃO III
Da Descentralização de Créditos Orçamentários consignados aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Art. 30 - Os créditos Orçamentários consignados aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, podem ser descentralizados, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias, para execução de ações orçamentárias integrantes dos respectivos orçamentos, mediante expressa autorização e delegação de atribuição e competência, em ato próprio no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, com vistas à realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão/unidade de origem.

§ 1º - As dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em créditos adicionais, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta ou Indireta, integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

§ 2 º - Ao órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta compete a administração dos créditos que lhe foram consignados na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais, salvo quando esta

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

competência for atribuída a uma outra unidade gestora devidamente reconhecida.

§ 3º - O Órgão ou Unidade Orçamentária e Gestora, tendo em vista a obtenção dos resultados das ações cujos créditos lhe foram consignados na Lei Orçamentária ou mediante créditos adicionais, poderá proceder, mediante autorização no âmbito do Poder Executivo, do Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, do Presidente da Câmara de Vereadores, à sua descentralização em valor total ou parcial para outro Órgão ou Unidade Orçamentária e Gestora integrante dos orçamentos fiscal ou da seguridade social do Município.

SEÇÃO IV
Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos e suas Alterações

Art. 31 - O Poder Legislativo encaminhará até o dia 31 de julho de 2023, ao Poder Executivo, a respectiva proposta de orçamento, para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, atendidos os princípios constitucionais e a Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

§ 1º - Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

I. o estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 25/2000;
II. os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da elaboração do orçamento.

§ 2º - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

I. Para fins do disposto no parágrafo segundo tomar-se-á por referência o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado até o mês de junho projetado até dezembro de 2023.

Art. 32 - Os órgãos da administração direta e seus fundos deverão

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

entregar suas respectivas propostas Orçamentárias ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até o dia 31 de julho de 2023, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 33 - O órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará, ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 31 de julho de 2023, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciários a serem incluídos na proposta Orçamentária para o exercício de 2024, conforme determina o art. 100, § 1º da Constituição Federal, especificando:

I. número e data do ajuizamento da ação originária; II - número e tipo do precatório;
II. tipo da causa julgada;
III. data da autuação do precatório; V - nome do beneficiário;
IV. valor a ser pago; e,
V. data do trânsito em julgado.

Art. 34 - As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual serão apresentadas:

I. na forma das disposições constitucionais e no estabelecido na Lei Orgânica do Município;
II. acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem.

§ 1º - Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º - Acompanharão os projetos de Lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 3º - Cada projeto de Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, I e II, da Lei no 4.320, de 1964.

§ 4º - Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

receitas para o exercício, evidenciando o excesso apurado ou sua tendência para o exercício.

§ 5º - As fontes de recursos e as modalidades de aplicação constantes do Orçamento poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo, desde que observadas as vinculações e verificada a inviabilidade técnica, operacional ou legal da execução do crédito na modalidade e fonte previstas na Lei Orçamentária de 2024 e em seus créditos adicionais.

Art. 35 - Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

I. sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
II. indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos;
b) serviço da dívida.

III. sejam relacionadas com:

c) a correção de erros ou omissões; ou
d) os dispositivos do texto do projeto de Lei.

§ 1º - As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

I. no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da Lei Orçamentária;
II. no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2º - A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

Art. 36 - A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as disposições constitucionais, o estabelecido na Lei Orgânica do Município e nesta Lei.

Art. 37 - Para fins do disposto no artigo 35 desta Lei, entende-se por:

Emenda: proposição apresentada como acessória de outra, com existência e tramitação dependente da proposição principal. A emenda é admitida quando pertinente ao assunto versado na proposição principal e quando incidente sobre um só dispositivo, salvo matéria correlata. Conforme sua finalidade, pode ser ***aditiva***, ***modificativa***, ***substitutiva***, ***aglutinativa*** ***ou*** ***supressiva;***

Emenda aditiva: é a que acrescenta dispositivos, expressões ou palavras à proposição principal;

Emenda modificativa: é a que altera a proposição principal sem modificar substancialmente seu conteúdo. Portanto, modifica apenas parte do dispositivo (ementa, artigo, parágrafo, inciso, alínea ou número) que é objeto da emenda. Denomina-se emenda de redação a modificativa que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa, lapso manifesto ou erro evidente;

Emenda substitutiva: a apresentada como sucedâneo de dispositivo de outra proposição. Portanto, substitui integralmente a ementa, o artigo, o parágrafo, o inciso, a alínea ou o número que constitui o objeto da emenda;

Emenda aglutinativa: a que resulta da fusão de emendas entre si ou de uma ou mais emendas com a proposição principal, a fim de formar um novo texto com objetivos aproximados;

Emenda supressiva: é a que objetiva eliminar parte de outra proposição, devendo incidir sobre texto integral de artigo, parágrafo, inciso, alínea ou número;

Subemenda: é a emenda que altera outra emenda, podendo ser supressiva de parte desta, substitutiva ou aditiva;

Projeto substitutivo, ou simplesmente substitutivo: denominação dada à emenda destinada a substituir integralmente a proposição principal.

§ 1º - A emenda deve seguir os princípios de coesão, precisão, clareza e concisão cuja redação deve ser norteada por regras básicas de técnica legislativa, contemplando os elementos constitutivos da estrutura do projeto.

§ 2º - Para o atendimento às disposições desta Lei, a emenda,

objetivando a sua perfeita compreensão, requer estrutura e forma básicas e elementares em exata observância à técnica legislativa, devendo compor-se de dados e informações mínimas ao perfeito entendimento do que se propõe, evidenciando:

a) ***epígrafe***, em que à expressão EMENDA N.º ... se segue a indicação da espécie e do número da proposição a que ela se refere;
b) ***fórmula pela qual se determina a alteração a ser feita***: "Suprima-se ...".".".".".".", "Onde se lê ...", "Leia-se ...", "Acrescente-se ...", "Dê-se ao art.... a seguinte redação";
c) ***contexto***, em que se procede à supressão ou substituição de determinada expressão, ou se enuncia o dispositivo a ser acrescentado, ou se dá nova redação a determinado dispositivo;
d) ***fecho***, que compreende o local (Sala das Reuniões, Sala das Comissões), a data de apresentação e o nome do autor;
e) ***justificação***, é o texto que acompanha o projeto e no qual, pela apresentação e defesa de uma série de argumentos (justificativas), procura o autor demonstrar a necessidade ou oportunidade da proposição, respaldado no conhecimento e domínio dos princípios constitucionais, legais e normativos que regem a matéria a ser emendada, de forma a permitir que o autor possa, com clareza, objetividade, fundamentação e embasamento técnico legal, expor as razões que justifiquem a alteração proposta.

Art. 38 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2024 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a Transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se um amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa do processo orçamentário.

Parágrafo único - O Poder Legislativo poderá realizar audiências públicas regionais durante a apreciação da Proposta Orçamentária, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Art. 39 - O chefe do Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2024, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único - Os mecanismos previstos no caput deste artigo serão operacionalizados:

I. mediante audiências públicas, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;
II. pela seleção dos projetos prioritários, por área considerada, a serem incorporados na proposta Orçamentária do exercício; ou
III. por qualquer outro mecanismo, instrumento ou metodologia que assegure a participação social.

Art. 40 - O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 41 - Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução Orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º - Os QDDs, relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual, serão aprovados e publicados, para efeito de execução Orçamentária, sendo:

I. No âmbito do Poder Executivo, os QDDs serão aprovados via Decreto, do Prefeito Municipal;
II. No âmbito do Poder Legislativo, os QDDs, serão aprovados via ato próprio pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

§ 2º - As Atividades e Projetos serão detalhados, no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e Fonte de Recursos.

§ 3º - Os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs deverão discriminar, os Projetos e Atividades, consignados a cada Órgão e Unidade Orçamentária, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos.

§ 4º - Os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos Grupos de categoria da Despesa, estabelecidos

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos, sendo:

I. No âmbito do Poder Executivo, os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, via decreto do Prefeito Municipal;
II. No âmbito do Poder Legislativo, os QDDs, poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, via ato próprio do Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 5º - As fontes de recursos de que trata o § 1º deste artigo, são as definidas na Resolução nº 1268/08 - TCM/BA, atualizada pela Resolução 1388/2019 e Ato nº 216/2020 deste mesmo Tribunal, que dispõe sobre os procedimentos das receitas públicas, institui a Tabela Única de Destinações de Recursos/Fonte de Recursos a ser utilizada pelos municípios do Estado da Bahia, e dá outras providências, apresentadas da seguinte forma:

A – DESTINAÇÃO PRIMÁRIA OU NÃO FINANCEIRA	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
00	Recursos Ordinários
01	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação – 25%
02	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde – 15%
03	Contribuição p/ o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)
04	Contribuição ao Programa Ensino Fundamental – Salário Educação
10	FCBA – Fundo de Cultura do Estado da Bahia
14	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS
15	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE
18	Transferências FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)
19	Transferências FUNDEB (aplicação em outras despesas de Educação Básica)
20	Recursos Próprios de Consórcios
21	Transferências de Consórcios – Contrato de Rateio
22	Transferências de Convênios – Educação
23	Transferências de Convênios – Saúde
24	Transferências de Convênios – Outros (não relacionados à educação / saúde)
28	FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social
29	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
30	FIES
42	Royalties/Fundo Especial do Petróleo/Compensação Financeira pela

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

	Exploração de Recursos Minerais
44	Cessão Onerosa – volumes excedentes do Pré-Sal
50	Receitas Próprias de Entidades de Administração Indireta
55	Transferência Especial da União
95	Ações Judiciais FUNDEF – Precatórios
96	Ações Judiciais FUNDEB – Precatórios
97	Apoio Financeiro da União

B – DESTINAÇÃO NÃO PRIMÁRIA OU FINANCEIRA	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
90	Operações de Crédito Internas
91	Operações de Crédito Externas
92	Alienação de Bens
93	Outras Receitas Não Primárias
94	Remuneração de Depósitos Bancários

Art. 42 - Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, elaborará programação financeira, visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 43 - As propostas de modificação da Lei Orçamentária por créditos adicionais serão apresentadas na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual, de acordo com as disposições do art. 34 desta Lei.

CAPÍTULO IV
DA GERAÇÃO DA DESPESA

Art. 44 - Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/00 e art. 45 desta Lei.

Art. 45 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I. estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;
II. declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

Orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º - Para os fins desta Lei, em conformidade com a Lei Complementar 101/00 considera-se:

I. adequada com a Lei Orçamentária Anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;
II. compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do art. 45, será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizada.

§ 3º - Para os fins do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas que não excedam os limites estabelecidos nos inciso I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93, alterada pelas Leis nº 8.883, de 08.06.94, nº 9.648 de 27.05.98, nº 9.854, de 27.10.99 e suas alterações e atualizada pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018.

§ 4º - O disposto no art. 44 constitui condição prévia para:

I. empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;
II. desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3o do art. 182 da Constituição Federal.

Art. 46 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de Lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deste artigo deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

art. 45 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo II desta Lei, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do Plano Plurianual e desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 5º - A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º - O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º - Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 47. Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único - A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 48 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividade que, simultaneamente:

I. sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;
II. não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.
III.

Art. 49 - As dotações Orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2024, com base na folha de pagamento de junho de 2023 projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais.

§ 1º - A repartição dos limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais, conforme estabelece o art. 19, inciso III da Lei Complementar nº 101/2000.

I. 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;
II. 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I. de indenização por demissão de servidores ou empregados; II - relativas a incentivos à demissão voluntária;
II. derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;
III. decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

apuração.

Art. 50 - A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no § 1º do art. 49 desta Lei será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único - Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder que houver incorrido no excesso:

I. concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;
II. criação de cargo, emprego ou função;
III. alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV. provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
V. contratação de hora extra.

Art. 51 - Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos no § 1º do art. 49, sem prejuízo das medidas previstas no parágrafo único do art. 50 desta Lei, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 1º - No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º - É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

§ 3º - Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I. receber transferências voluntárias;
II. obter garantia direta ou indireta, de outro ente;

III. contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Art. 52 - Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, desde que observado o disposto no artigo seguinte.

Art. 53 - Todo e qualquer ato que provoque aumento da despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

I. houver prévia dotação Orçamentária suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º, inciso I, da Constituição Federal;
II. for comprovado o atendimento do limite de comprometimento da despesa com pessoal estabelecido no § 1º do art. 49 desta Lei;
III. forem observadas as restrições e limitações contidas na Lei 101/2000.

Parágrafo único - O disposto no caput compreende, entre outras:

I. a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;
II. a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras;
III. a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

Art. 54 - O projeto da Lei Orçamentária poderá consignar recursos adicionais necessários ao incremento do quadro de pessoal nas áreas de:

I. educação;
II. saúde;
III. fiscalização fazendária;
IV. assistência à criança e ao adolescente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E POLÍTICA DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS

Art. 55 - Em caso de necessidade, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal projeto de Lei dispondo sobre alterações na legislação tributária municipal e incremento da receita, incluindo:

I. adaptação e ajustamento da legislação tributária às alterações da correspondente legislação Estadual e Federal;
II. revisões e simplificações da legislação tributária municipal;
III. aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributários;
IV. geração de receita própria pelas entidades da administração indireta;
V. estabelecimento de critérios de compensação de renúncia caso o município conceda incentivos ou benefícios de natureza tributária.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES DO REGIME DE GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL

SEÇÃO I
Das Disposições Gerais

Art. 56 - A gestão fiscal responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentável do Município objetivando a geração de emprego, de renda e a elevação da qualidade de vida e bem-estar social.

Art. 57 - A gestão fiscal responsável das finanças do Município far-se-á mediante a observância de normas quanto:

I. ao endividamento público;
II. ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;
III. aos gastos com pessoal e encargos sociais;
IV. à administração e gestão financeira.

Art. 58 - São princípios fundamentais para o alcance da finalidade

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

e dos objetivos previstos no art. 56 desta Lei:

I. o equilíbrio entre as aspirações da sociedade por ações do governo municipal e os recursos que esta coloca à disposição do Município, na forma de pagamento de tributos, para atendê-la;
II. a limitação da dívida ao percentual estabelecido no art. 60 desta Lei;
III. a adoção de política tributária estável e previsível coerente com a realidade econômica e social do Município e da região em que este se insere;
IV. a limitação e contenção dos gastos públicos;
V. a administração prudente dos riscos fiscais e, em ocorrendo desvios eventuais, a adoção de medidas corretivas e punitivas a serem definidas por ato do chefe do Poder Executivo;
VI. a transparência fiscal, através do amplo acesso da sociedade às informações sobre as contas públicas, bem como aos procedimentos de arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

Art. 59 - A fixação de despesas nos orçamentos em cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual, priorizadas por esta Lei, guardará relação com os recursos efetivamente disponíveis, particularmente as receitas tributárias, próprias ou transferidas.

SEÇÃO II
Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art. 60 - A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento das despesas decorrentes dos débitos financiados e refinanciados, identificados na forma do art. 29 da Lei Complementar nº 101/00.

§ 1º - A dívida pública consolidada, conforme dispõe o art. 1º, § 1º, III, da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal, e suas alterações, compreende o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de Lei, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

receitas no orçamento.

§ 2º - Serão considerados no grupo da dívida consolidada todos os contratos, acordos ou ajustes firmados pelo município para a regularização de débitos de exercícios anteriores contraídos, pelo não pagamento de encargos sociais, especificamente INSS, FGTS e PASEP, bem como os oriundos das concessionárias de serviços públicos referentes aos serviços de energia elétrica, abastecimento de água e telefonia fixa e móvel, conforme previsto na Portaria nº 577, de 15 de outubro de 2008, da Secretaria do Tesouro Nacional que aprova a 1ª edição do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais, estabelecendo regras de harmonização a serem observadas, de forma permanente, pela Administração Pública para a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais – ARF, do Anexo de Metas Fiscais – AMF, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, e define orientações metodológicas, consoante os parâmetros definidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 3º - A dívida consolidada líquida, compreende a dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

§ 4º - O endividamento líquido do Município não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a Receita Corrente Líquida, conforme determina o art. 3º, II, da Resolução nº 40, de 2001 do Senado Federal, e suas alterações.

§ 5º - A inobservância do limite estabelecido pela Resolução nº40/2001, do Senado Federal, sujeitará o Município às disposições do art. 31 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 61 - O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal, observadas as disposições contidas nos arts. 32 a 37 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações no nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

§ 2º - O montante global das operações de crédito interna e

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

externa, realizadas em um exercício financeiro, não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da RCL, conforme determina o art. 7º, I, da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal e alterações.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 62 - Os fundos especiais do Município, criados na forma do disposto no artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal e disposições contidas na Lei n.º 4.320/64, constituir-se-ão em Unidade Orçamentária, vinculados a um órgão da Administração Municipal.

Art. 63 - Caso a Lei Orçamentária Anual não seja aprovada e sancionada até 31 de dezembro de 2023, fica o Poder Executivo autorizado a executar a razão de 1/12 (um doze avos) da proposta Orçamentária das seguintes despesas:

I. pessoal e encargos;
II. serviços da dívida;
III. despesas decorrentes da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas à sociedade, principalmente saúde e educação com financiamento especifico;
IV. investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;
V. contrapartida de Convênios Especiais.

Parágrafo único - Ficam excluídas da limitação prevista no caput deste artigo, as despesas de convênios e financiamentos que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

Art. 64 - Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais.

Art. 65 - O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros Municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

Art. 66 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitarão a emissão de empenho e movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas.

§ 1º - A limitação que trata o caput será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" de cada Poder.

§ 2º - Não estarão sujeitos à limitação de empenho as seguintes despesas:

I. pessoal e encargos;
II. serviços da dívida;
III. decorrentes de financiamentos;
IV. decorrentes de convênios;
V. as sujeitas a limites constitucionais como educação, saúde e assistência social.

§ 3º - No caso de o Poder Legislativo não promover a limitação prevista no prazo estabelecido no caput, o Poder Executivo fica autorizado a limitar os valores financeiros nos mesmos critérios estabelecidos para o Poder Executivo.

Art. 67 - A proposta Orçamentária, observado disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/00, conterá dotação global denominada "Reserva de Contingência", sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, constituída exclusivamente dos recursos do orçamento fiscal, em montante máximo correspondente a até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida do Município realizada no exercício de 2023, apurada nos termos do inciso IV, art. 2º da já mencionada Lei Complementar nº 101/00, a ser utilizada como fonte de recursos para atendimento a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, inclusive as alterações e adequações orçamentárias, via abertura de créditos adicionais, em conformidade com o disposto no § 1º do inciso III do art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

Art. 68 - A elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária deverão levar em conta a obtenção do resultado previsto no Anexo de Metas Fiscais.

Art. 69 - Os Anexos da Lei do Plano Plurianual 2022/2025 e desta Lei, serão atualizados e alterados, em decorrência da Lei Orçamentária, de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais, assim como em decorrência de transposições, remanejamentos ou transferências, autorizados em lei.

Art. 70 - Para fins do disposto no art. 4º, § 3º da Lei Complementar 101/2000 e desta Lei, são riscos fiscais os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, constituídos de dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como precatórios, na forma definida no Anexo III, Restos a Pagar com prescrição interrompida, débitos não quitados com concessionárias de serviços públicos, despesas classificáveis de acordo com o art. 37 da Lei 4.320/1964 e outros passivos contingentes, riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 71. Os passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais capazes de afetar as contas públicas, previstos no art. 70 só poderão ser atendidos através da Reserva de Contingência.

Art. 72 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DE PREFEITO, EM 15 DE JUNHO DE 2023.

VALNICIO ARMEDE RIBEIRO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I
PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO DAS PRIORIDADES E METAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – EXERCÍCIO 2024

1. EDUCAÇÃO

1.1. CRECHE/EDUCAÇÃO INFANTIL:

PROGRAMAS / AÇÕES	PROJETO ATIVIDADE	META 2024
Criar um Centro Municipal de Educação Infantil	A	100%
Fortalecer as ações voltadas para a melhoria da Educação Infantil, com capacitação de pessoal e aquisição de outros materiais didático- pedagógicos	A	100%
Implantar o centro de apoio pedagógico com equipe multidisciplinar – assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, etc	A	100%
Ampliar o número de parques infantis para todas as Unidades de Creche e Educação Infantil	A	100%
Criar centros de educação em tempo integral com assistência médico- sanitário para alunos do município	A	100%

1.2. EDUCAÇÃO/FUNDAMENTAIS I E II:

PROGRAMAS / AÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	META 2024
Implantar, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Gestão Escolar Democrática	A	100%
Fortalecer as ações previstas nos Programas Pacto/PNAIC – Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, cumprindo a proposta do NALFA (Núcleo de Alfabetização).	A	100%
Cumprir as ações e metas previstas no Plano Municipal de Educação– PME	A	100%
Implantar políticas de melhoria da qualidade de ensino da rede municipal	A	100%
Oferecer assistência psicopedagógica, oftalmológica e odontológica aos alunos da rede municipal	A	100%
Elaborar plano de assistência técnica e tecnológica para assistir às unidades de ensino	A	100%
Fortalecer o Censo Municipal com visitas à identificação de distorções e índices de analfabetismo através de IDEM – Índice de Desenvolvimento da Educação Municipal	A	100%

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

Garantir no cardápio da merenda escolar a qualidade e variedades dos alimentos da agricultura familiar	A	100%
Calendário escolar voltado à realidade local, com o objetivo de diminuir a evasão escolar em períodos de plantação	A	100%

1.3. EDUCAÇÃO/Atendimento Educacional Especializado – AEE:

PROGRAMAS / AÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	META 2024
Construção equipamentos (piscinas e espaços para ecoterapia) de reabilitação psicomotora de alunos com deficiência	P	100%
Criação em todos os núcleos das Unidades Escolares – UE's, de salas de recursos multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE	A	100%
Estabelecer parcerias com instituições que desenvolvam capacitações voltadas para Atendimento Educacional Especializado – AEE	A	100%
Fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado AEE	A	100%
Aumento da mobilidade para o Atendimento Educacional Especializado – AEE, com aquisição de veículos exclusivos para os alunos com deficiência	A	100%
Acompanhamento com profissionais da saúde para os profissionais do atendimento e responsáveis dos alunos com deficiência	A	100%
Psicopedagogo e Assistente Social na Secretária de Educação	A	100%

1.4. EDUCAÇÃO/Valorização do profissional da Educação:

PROGRAMAS / AÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	META 2024
Revisar o Plano de Carreira dos Professores	A	100%
Promover formação continuada para professores e equipes diretivas das Unidades Escolares do município	A	100%
Criar mecanismos de avaliações internas visando à valorização de profissionais que participarem na execução de projetos pedagógicos com resultados que reflitam na melhoria da educação	A	100%
Valorização do profissional de educação fazendo parceria com a saúde municipal para melhores condições de vida dos mesmos	A	100%

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

Promover cursos de capacitação para a equipe de apoio escolar (merendeiras, porteiros, vigilantes, auxiliares e condutores escolares)	A	100%
Potencializar as ações do Programa Educação Empreendedora	A	100%
Viabilizar parceria com o Governo Federal para Implantação de Campus da UFRB no Município	A	100%
Criar o programa bolsa estágio para estudante de nível superior e curso técnico	A	100%

1.5. Educação/Intervenção e ampliação da Rede Física:

PROGRAMAS / AÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	META 2024
Construir creche em Capanema, Serraria e garantir a manutenção das unidades já existentes na sede e distritos.	P	100%
Concluir as construções das obras de escolas e quadras padrão FNDE, na sede e distritos de Coqueiros, Nagá, São Roque, Guapira e Guai.	P	100%
Conservar e recuperar as unidades escolares do município	P	100%
Informatizar 100% da Rede de Ensino Municipal (com acesso aos dados de matrículas entre outros serviços)	A	100%
Implantar o Portal da Educação	A	100%
Construir novas escolas e quadras poliesportivas no município.	P	100%
Dotar todas as Unidades Escolares de estruturas de acessibilidade – piso tátil, banheiros acessíveis, corrimões, rampas, etc.	P	100%
Promover melhorias nos equipamentos das escolas e creches	P	100%
Garantir o transporte escolar digno e eficiente para os alunos da rede municipal e universitário do município	A	100%
Promover centros de informática nas escolas	A	100%
Criar a Ouvidoria educacional	A	100%
Construir o complexo educacional do distrito de São Roque	P	100%

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

Concluir a obra de construção do complexo educacional na sede	P	100%
Continuar o processo de recuperação e reforma do antigo hospital para Secretaria de Educação.	P	100%

1.6. Educação/Esporte Lazer:

PROGRAMAS / AÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	META 2024
Fortalecer o vínculo das atividades esportivas com atividades pedagógicas – desempenho escolar	A	100%
Fortalecer políticas de inclusão social das crianças e adolescentes com deficiência através de atividades esportivas – natação/hidroterapia, ecoterapia, capoeira, judô, karatê, futsal, futebol, etc	A	100%
Fomentar a inclusão de jovens no mercado de trabalho através de atividades esportivas	A	100%
Requalificar e criar novas praças esportivas dotando-as de equipamentos de acessibilidade	P	100%
Promover a utilização de áreas de esporte e lazer existentes nas Unidades Escolares para a comunidade do entorno, em horários alternativos ao funcionamento escolar	A	100%
Ampliar a abrangência às diversas modalidades esportivas com foco no potencial náutico existente no município	A	100%
Ampliação e reforma do Estádio Municipal de Futebol	P	100%
Requalificação de campo e quadras esportiva	P	100%
Construir quadra poliesportiva escolar na comunidade de Capanema, laranjeiras e Guai	P	100%
Criação de programa “Cidade Conectada” para instalação de WIFI nas principais praças da cidade e distritos para facilitar à comunicação e interação da população a nova tecnologia.	A	100%

2. SAÚDE

PROGRAMAS / AÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	META 2024
Viabilizar parceria com o Governo Federal para a construção de novas unidades de Saúde da Família, na zona rural, como Baixão do Guai, Serraria, Santo Antônio de Aldeia, Cachoeirinha,	A	100%

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

Enseada e Carobas.		
Fortalecimento do Conselho Municipal de Saúde	A	100%
Garantir o fornecimento de medicamentos gratuitamente nos postos de saúde e enviá-los aos pacientes, nos casos continuados, com recomendação médica	A	100%
Garantir a manutenção estrutural e equipamentos dos postos de saúde, investindo em médicos, enfermeiros, técnicos e atendentes	A	100%
Garantir o funcionamento da Unidade Mista de Saúde (Novo Hospital) com atendimento em atenção especializada e integral à saúde, com centro cirúrgico e internação	A	100%
Implantar Pronto Atendimento 24 horas em São Roque	A	100%
Fortalecer, expandir e qualificar a atenção básica, através das estratégias de saúde da família, programa de agentes comunitários de saúde, vigilância epidemiológica e vigilância sanitária	A	100%
Implantar uma CASA DE APOIO ao cidadão da Zona Rural com tratamento de saúde na sede	A	100%
Informatizar 100% as unidades de saúde	A	100%
Implantar na unidade mista de saúde o atendimento no pré-parto, pós-parto, através de politicas públicas capazes de oferecer assistência humanizada e harmonizada a gestantes e bebês.	A	100%
Implantação de serviço de pré-natal eficiente nos PSF's do município, bem como os serviços de laboratórios, ultrassonografia, além da inclusão de atendimentos médicos nas áreas de pediatrias, fisioterapias e fonoaudiologia	A	100%
Garantir ações de educação em saúde que estimulem hábitos saudáveis e a higiene bucal	A	100%
Ampliar os serviços odontológicos de endodontia, periodontia, prótese e pediatria	A	100%
Descentralizar a coleta e a entrega dos resultados de exames laboratoriais, evitando idas e vindas dos pacientes às unidades de saúde	A	100%
Concluir o projeto de Melhorias Sanitárias domiciliares na comunidade de salaminas	P	100%
Renovar a frota de ambulâncias da Central de Transportes	P	100%
Garantir o funcionamento do Centro de Especialidades odontológicas do Município ofertando os serviços de endodontia, cirurgia bucomaxilofacial, periodontia, odontopediatria, prótese, odontologia para pacientes com necessidades especiais entre outros	A	100%

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

3. ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMAS / AÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	META 2024
Potencializar os serviços e políticas de proteção social básica e especial	A	100%
Ampliar a municipalização dos programas assistenciais	A	100%
Fortalecer os programas sociais de transferência de renda Municipal e Federal	A	100%
Facilitar o acesso das famílias aos programas, projetos, serviços, benefícios sócio-assistenciais e à rede de serviços	A	100%
Ampliar o programa municipal de transferência de renda	A	100%
Promover as políticas voltadas à criança e ao adolescente, fortalecendo o protagonismo infanto-juvenil	A	100%
Implantar um centro de tratamento, recuperação e ressocialização dos dependentes químicos	A	100%
Realizar busca ativa a fim de identificar as famílias em situação de risco para inserção no Cad Único	A	100%
Fortalecer campanhas de enfrentamento a violência e exploração sexual de criança e adolescentes	A	100%
Promover campanhas de erradicação ao trabalho infantil no município	A	100%
Reforçar campanhas de prevenção à violência intrafamiliar e domestica, dentro do CREAS	A	100%
Ampliar à oferta de Cursos de Inclusão Produtiva	A	100%
Elaborar o diagnóstico Sócio-territorial nas áreas de riscos e vulnerabilidade social	A	100%
Fortalecer o fundo municipal de habitação de Interesse Social	A	100%
Implantar o programa de melhoria em unidades habitacionais no município	A	100%
Prover juntos as esferas de governo recursos para construção de unidades habitacionais	A	100%
Promover os serviços Itinerantes nas comunidades em parcerias com demais secretarias, CRAS, CREAS e PBF	A	100%

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

Promover as campanhas de acesso dos direitos no CRAS e CREAS	A	100%
Identificar as famílias que realmente necessita de Política de Referência dentro do CRAS utilizando critérios justos, eficientes e eficazes	A	100%
Ofertar as famílias cursos e treinamentos a fim de torná-las aptas ao mercado de trabalho	A	100%
Ampliar a oferta do Programa PAA Alimentos e PAA Leite	A	100%
Criar o programa municipal de aquisição de alimentos	A	100%

4. EMPREGO E RENDA

PROGRAMAS / AÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	META 2024
Implantar a sala do Empreendedor	A	100%
Fomentar o empreendedorismo através de cursos, assistência técnica e microcréditos	A	100%
Implantar o Serviço Municipal de Intermediação de Mão-de-obra (SIMM).	A	100%
Incentivar a produção local, dando-lhe prioridade nas comparas governamentais (uniformes escolares, fardamentos e alimentação, por exemplo)	A	100%
Estabelecer uma política de incentivos fiscais pra atrair a instalação de empresas	A	100%
Construção do centro profissionalizante de Maragojipe	P	100%
Incentivar o desenvolvimento do artesanato e de pequenos negócios locais	A	100%
Organização de feiras anuais de artesanato e pequenos negócios	A	100%
Incentivar a instalações de indústrias no município	A	100%
Implantação de um distrito industrial e comercial de apoio ao estaleiro Enseada do Paraguaçu para a instalação de pequenas e médias empresas que atuarão como fornecedores de bens e serviços ao empreendimento	A	100%

5. SEGURANÇA

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

PROGRAMAS / AÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	META 2024
Elaboração do Plano Municipal de Segurança Pública	A	100%
Investir em políticas públicas preventivas, com foco na juventude	A	100%
Instalar iluminação pública e oferta de serviços públicos, priorizando os pontos registrados de criminalidade	A	100%
Aumentar a luminosidade e intensificar a presença noturna da polícia nas áreas de maior criminalidade	A	100%
Instituir a municipalização do trânsito	A	100%
Estabelecer parceria com as Policias Civil e Militar para o combate a furto e roubo de motocicleta na sede e comunidades rurais	A	100%
Implantação de central de segurança com monitoramento 24 horas, através de câmeras e drones com imagens em tempo real de equipamentos públicos e toda a cidade	A	100%
Criar projetos de ampliação, qualificação e reestruturação da Guarda Municipal	A	100%
Implantar vigilância comunitária nas localidades mais populosas	A	100%
Recuperar o posto policial de São Roque.	P	100%

6. MEIO AMBIENTE

PROGRAMAS / AÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	META 2024
Elaboração o Plano Municipal de Meio Ambiente	A	100%
Elaborar o Plano Municipal de Resíduos Sólidos	A	100%
Implantar a coleta seletiva, com incentivos adequados aos domicílios e estabelecimentos que aderirem ao programa	A	100%
Possibilitar a participação dos catadores individuais e cooperativados na coleta seletiva, garantindo-lhes melhores oportunidades de trabalho e renda, condições adequadas de salubridade e segurança	A	100%

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

Implantação do Horto e Parque Florestal	P	100%
Criar programa ambiental com arborização na cidade	A	100%
Promover parcerias para limpeza e revitalização dos rios e nascentes de Maragojipe	P	100%
Criar o Programa de Recuperação de Áreas Degradas.	A	100%
Garantir a limpeza pública urbana na sede e distritos do município	A	100%
Promover a correta destinação dos resíduos sólidos produzido pela população	A	100%
Formar cidadãos protetores do meio ambiente nas comunidades	A	100%
Criação de unidade de compostagem (resíduos da terra livre)	A	100%
Criar o Conselho Municipal de Meio Ambiente	A	100%
Criar o Museu do Mangue e da Pesca Artesanal (incentivando a visitação de estudante na estrutura existente do Mercado do Caija)	A	100%

7. AGRICULTURA/PESCA

PROGRAMAS / AÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	META 2024
Ampliar o programa de extensão rural (assistência técnica e capacitação)	A	100%
Implantar a central de abastecimento do agricultor (Central do Produtor)	A	100%
Criar o programa municipal de fornecimento de alimentos da agricultura familiar.	A	100%
Fomentar e executar projetos de incentivo à produção agrícola, pesqueira e ao agronegócio	A	100%
Estabelecer parcerias com as comunidades rurais e seus produtores na execução dos projetos	A	100%
Ampliar a escavação e limpeza de aguadas nas comunidades que sofre com a seca	P	100%

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

Fortalecer o SIM – Serviço de Inspeção Municipal	A	100%
Intensificar a perfuração de poços artesianos nas escolas e comunidades rurais do município.	P	100%
Fomentar a criação de unidades de beneficiamento da produção agrícola	A	100%
Incentivar as agroindústrias do município	A	100%
Promover a realização feiras da agricultura familiar, festivais gastronômicos e de artesanatos de Maragojipe	A	100%
Incentivar a produção agrícola por meio de novas tecnologias	A	100%
Fortalecer parceria para projeto de indicação geográfica - como IG da farinha de copioba	A	100%
Construir o parque municipal de vaquejada e horto	P	100%
Implantar a escola de Canoagem	A	100%

8. INFRAESTRUTURA

PROGRAMAS / AÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	META 2024
Estabelecer relações de parceria com Governo estadual e federal para continuidade do programa PRODETUR para recuperação de terminal hidroviário, praça e ponte do Caijá	A	100%
Construir terminal rodoviário no município	P	100%
Realizar pavimentação de ruas na sede (Vila da Palmeiras, Capitão Mor, Alto do Sacramento, loteamento Camaleão, Vila Verde e Romário e entrada da Cidade	P	100%
Pavimentar ruas no distrito de Coqueiros, como Alto da Conceição, rua do Rocha, Porto da Gamela, etc.	P	100%
Recapeamento asfáltica em vias publica urbanas na sede do município	P	100%
Recuperação e conservação de edificações públicas	P	100%
Eliminar pontos escuros da cidade por meio da extensão da rede de iluminação pública e colocação de luminárias mais eficientes	A	100%

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

Garantir a recuperação das estradas e vicinais para melhorar o sistema de tráfego no meio rural, garantindo segurança, facilidade e agilidade no escoamento da produção rural para melhor atendimento das comunidades	P	100%
Manutenção e implantação de redes pluviais	P	100%
Requalificação e modernização das praças públicas transformando-as em espaços de convivência e lazer o que implica em implantar equipamentos esportivos e recreativos, bem como na arborização e embelezamento na sede e zona rural	P	100%
Recuperação de pavimentação nas vias públicas urbana	P	100%
Construir a ponte da entrada da cidade	P	100%
Ampliar o mercado municipal	P	100%
Recuperação da Praia de Ponta de Souza	P	100%
Pavimentação de rua no Pijuru de Capanema	P	100%
Requalificação de praças com academia e parque infantil no distrito de São Roque	P	100%
Reformar a lavanderia mãe baia.	P	100%
Construção de cais na sede e comunidades ribeirinhas.	P	100%
Recuperação da fonte de Dionísio	P	100%

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NTK0RJLBMZBBM0M2QTHDRE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II – METAS FISCAIS

Demonstrativo de Metas Fiscais e Memória de Cálculo Anexo

End: Rua Perciliana Alves de Albergaria, 14 – Enseada – Cep: 44.420-000
CNPJ: 13.784.384/0001-22

Tabela 1 - Metas Anuais

PREFEITURA DE MARAGOJIPE
Trabalhando para todos

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º) — R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A/PIB)x100	%RCL (A/RCL)x100	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A/PIB)x100	%RCL (A/RCL)x100	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A/PIB)x100	%RCL (A/RCL)x100
Receita Total	160.739.600	155.680.000	0,0442%	0,2795%	176.813.560	171.248.000	0,0470%	0,2918%	194.494.916	188.372.800	0,0500%	0,3049%
Receitas Primárias (I)	157.524.808	152.566.400	0,0434%	0,2740%	173.277.289	167.823.040	0,0460%	0,2859%	190.605.018	184.605.344	0,0490%	0,2988%
Despesa Total	160.739.600	155.680.000	0,0442%	0,2795%	176.813.560	171.248.000	0,0470%	0,2918%	194.494.916	188.372.800	0,0500%	0,3049%
Despesas Primárias (II)	155.917.412	151.009.600	0,0429%	0,2712%	171.509.153	166.110.560	0,0456%	0,2830%	188.660.069	182.721.616	0,0485%	0,2957%
Resultado Primário (III) = (I-II)	1.607.396	1.556.800	0,0004%	0,0028%	1.768.136	1.712.480	0,0005%	0,0029%	1.944.949	1.883.728	0,0005%	0,0030%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	3.214.792	3.113.600	0,0009%	0,0056%	3.536.271	3.424.960	0,0009%	0,0058%	3.889.898	3.767.456	0,0010%	0,0061%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	51.115	49.506	0,0000%	0,0001%	56.227	54.457	0,0000%	0,0001%	61.849	59.903	0,0000%	0,0001%
Resultado Nominal (VI) = (III + (IV - V))	4.771.073	4.620.894	0,0013%	0,0083%	5.248.180	5.082.983	0,0014%	0,0087%	5.772.998	5.591.281	0,0015%	0,0090%
Dívida Pública Consolidada	77.155.008	74.726.400	0,0212%	0,1342%	84.870.509	82.199.040	0,0226%	0,1401%	93.357.560	90.418.944	0,0240%	0,1463%
Dívida Consolidada Líquida	38.577.504	37.363.200	0,0106%	0,0671%	42.435.254	41.099.520	0,0113%	0,0700%	46.678.780	45.209.472	0,0120%	0,0732%

FONTE: Anexo VI RREO 2020 a 2022, AMF - LDO 2020 a 2023 , Anexo II RGF 2020 A 2022 ,Projeção das Receitas para 2023, 2024, 2025 E 2026

A metodologia usada para o resultado primario e nominal o cálculo acima da linha conforme MDF 12ª Edição incluindo no cálculo pagamento de Restos a Pagar processado e não processado

2024 - Indice de Inflação:
{ 1+ (Taxa de Inflação de 2024/100)}
{1+ (3,25/100)} = **1,0325**

2025 - indice de Inflação
{ 1+ (Taxa de Inflação de 2024/100)} x { 1+ (Taxa de Inflação de 2025/100)}
{1+(3,25/100)} x {1+(3,25/100)}=
{1+(0,0325)} x {1+(0,0325)} = {1,0325} x {1,0325} = **1,0660**

2026 - indice de Inflação
{ 1+ (Taxa de Inflação de 2024/100)} x { 1+ (Taxa de Inflação de 2025/100)} x { 1+ (Taxa de Inflação de 2026/100)}
{1+(3,25/100)} x {1+(3,25/100)} x {1+(3,25/100)}=
{1+(0,0325)} x {1+(0,0325)} x {1+(0,0325)} = {1,0325} x {1,0325} x {1,0325} = **1,1007**

Variáveis	2024	2025	2026
PIB Brasil real (crescimento % anual) - Projeção	2,30%	2,10%	2,00%
PIB Bahia real (crescimento % anual) - Projeção	1,67%	2,30%	2,90%
Taxa Selic Efetiva (média % a.a.)	7,63%	7,50%	7,25%
Inflação Média (% anual projetada com base no IPCA)	3,25%	3,25%	3,25%
Projeção PIB Bahia - R$ milhares	R$ 363.300.000.000,00	R$ 376.300.000.000,00	R$ 388.700.000.000,00
Projeção RCL	R$ 57.500.000.000,00	R$ 60.600.000.000,00	R$ 63.800.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II – METAS FISCAIS
Demonstrativo de Metas Fiscais e Memória de Cálculo Anexo

Em atendimento ao que determina o § 2º, inciso II do artigo 4º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal fica apresentada a memória e metodologia de cálculo para obtenção dos valores dos anexos fiscais.

Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes do Anexo de Metas Fiscais são relacionados adiante. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Estes indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou, a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos exercícios e os valores reestimados para o exercício atual, além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, crescimento da população e do movimento econômico, dentre outros.

Em relação às despesas correntes foram considerados os parâmetros de inflação e crescimento real, quando cabível, evolução de custeio decorrente de investimentos e um nível de investimentos que viabilize a sua expansão garantida a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.

No preenchimento dos quadros fiscais foram adotados os seguintes parâmetros e projeções das políticas monetárias, creditícia e cambial, bem como as metas de inflação (IPCA-E):

Variáveis	2024	2025	2026
PIB Brasil real (crescimento % anual) - Projeção	2,30%	2,10%	2,00%
PIB Bahia real (crescimento % anual) - Projeção	1,67%	2,30%	2,90%
Taxa Selic Efetiva (média % a.a.)	7,63%	7,50%	7,25%
Inflação Média (% anual projetada com base no IPCA)	3,25%	3,25%	3,25%

Fonte: Seplan/SEI, Seplan/SPO, BACEN e PLDO 2023 da União.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

FATOR DE PROJEÇÃO DA RECEITA: Re = (BaC) * (1 + EfP) * (1 + EfL) * (1+ EfPIB)
Sendo:
Re = Receita Estimada para o período
BaC = Base de Cálculo utilizada (média corrigida dos últimos 3 anos do ano anterior ao de referência)
EfP = Efeito da variação de preços (Inflação projetada)
EfL = Efeito da Legislação Aplicada a Receita Projetada
EfPIB = Efeito do Crescimento Econômico (PIB-BR);

A título de corrigir a distorção proveniente do crescimento dos PIB's da União e do Estado e os seus impactos em suas principais transferências, foram utilizadas a incidência percentual do PIB da União nas transferências correntes, precisamente na Cota Parte do FPM e ICMS Exportação, e a incidência percentual do PIB do Estado nas Cotas Partes do ICMS e IPI sobre Exportação bem como a variação média de crescimento dos três últimos exercícios.

Quanto às despesas, seu crescimento foi projetado segundo os mesmos critérios indicados nos dois itens anteriores, estando as despesas com Pessoal e Encargos de acordo com os limites estabelecidos nos Artigo(s) 19 e 20 da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000.

O item "Outras Despesas Correntes" concentra um volume de gastos compatível com a dimensão da cidade, estando neles computados todos os custos com a manutenção da sede, distritos e povoados, unidades de saúde etc.;

Quanto aos valores estimados para o atendimento dos gastos com o "Serviço da Dívida", que compreende o somatório dos encargos e amortizações, estão dentro dos limites estabelecidos na Resolução Nº 40/2001, do Senado Federal;

A estimativa do "Resultado Primário" e do "Resultado Nominal" foi feita adotando-se os critérios usados até a presente data.

Relativamente à atividade econômica interna, o recuo dos indicadores, em particular a divulgação do PIB do quarto trimestre de 2022, corrobora o cenário de incertezas na economia. Informações de maior frequência sugerem que o movimento de recuperação provavelmente se mantenham no foco para os períodos seguintes.

Quanto às despesas, seu crescimento foi projetado segundo os mesmos critérios indicados nos dois itens anteriores, estando as despesas com

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

Pessoal e Encargos de acordo com os limites estabelecidos nos Artigo(s) 19 e 20 da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000. O item "Outras Despesas Correntes" concentra um volume de gastos compatível com a dimensão da cidade, estando neles computados todos os custos com a manutenção da sede, distritos e povoados, unidades de saúde etc.; Quanto aos valores estimados para o atendimento dos gastos com o "Serviço da Dívida", que compreende o somatório dos encargos e amortizações, estão dentro dos limites estabelecidos na Resolução Nº 40/2001, do Senado Federal; A estimativa do "Resultado Primário" e do "Resultado Nominal" foi feita adotando-se os critérios usados até a presente data.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II – METAS FISCAIS

Avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício anterior

End: Rua Perciliana Alves de Albergaria, 14 – Enseada – Cep: 44.420-000
CNPJ: 13.784.384/0001-22

Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

PREFEITURA DE MARAGOJIPE
Trabalhando para todos

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) — R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2022 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2022 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	142.500.000,00	0,0470%	147.238.834,32	0,0485%	4.738.834,32	3,33%
Receitas Primárias (I)	139.232.245,00	0,0459%	144.098.767,84	0,0475%	4.866.522,84	3,50%
Despesa Total	142.500.000,00	0,0470%	146.525.898,07	0,0483%	4.025.898,07	2,83%
Despesas Primárias (II)	122.872.000,00	0,0405%	143.990.397,87	0,0475%	21.118.397,87	17,19%
Resultado Primário (I-II)	16.360.245,00	0,0054%	108.369,97	0,0000%	-16.251.875,03	-99,34%
Resultado Nominal	1.359.450,24	0,0004%	491.795,62	0,0002%	-867.654,62	-63,82%
Dívida Pública Consolidada	63.869.326,86	0,0211%	69.470.250,76	0,0229%	5.600.923,90	8,77%
Dívida Consolidada Líquida	29.756.922,63	0,0098%	53.112.025,70	0,0175%	23.355.103,07	78,49%

Fonte: Anexo 02 - Resumo da Receita e Da Depesa Consolidada Empenhada 2022 e LDO 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II – METAS FISCAIS

Metas anuais fixadas nos três exercícios anteriores Anexo

End: Rua Perciliana Alves de Albergaria, 14 – Enseada – Cep: 44.420-000
CNPJ: 13.784.384/0001-22

Tabela 3 - Metas Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

PREFEITURA DE MARAGOJIPE
Trabalhando para todos

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

LRF, Art. 4º § 2º, inciso II

R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	127.660.000,00	142.500.000,00	1,12	142.733.060,00	1,00	160.739.600,00	1,13	176.813.560,00	1,10	194.494.916,00	1,10
Receitas Primárias (I)	125.435.229,35	139.560.158,15	1,11	140.003.982,21	1,00	157.524.808,00	1,13	173.277.288,80	1,10	190.605.017,68	1,10
Despesa Total	127.660.000,00	142.500.000,00	1,12	142.733.060,00	1,00	160.739.600,00	1,13	176.813.560,00	1,10	194.494.916,00	1,10
Despesas Primárias (II)	124.490.304,25	167.615.109,30	1,35	139.857.880,00	0,83	155.917.412,00	1,11	171.509.153,20	1,10	188.660.068,52	1,10
Resultado Primário (I-II)	944.925,10	1.945.048,85	2,06	2.042.301,29	1,05	1.607.396,00	0,79	1.768.135,60	1,10	1.944.949,16	1,10
Resultado Nominal	5.874.925,21	1.382.884,38	0,24	1.452.028,60	1,05	4.771.072,81	3,29	5.248.180,09	1,10	5.772.998,10	1,10
Dívida Pública Consolidada	63.869.326,86	69.470.250,76	1,09	72.943.763,30	1,05	77.155.008,00	1,06	84.870.508,80	1,10	93.357.559,68	1,10
Dívida Consolidada Líquida	24.381.564,23	53.112.025,70	2,18	55.767.626,99	1,05	38.577.504,00	0,69	42.435.254,40	1,10	46.678.779,84	1,10

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	130.851.500,00	146.062.500,00	1,12	146.301.386,50	1,00	155.680.000,00	1,06	171.248.000,00	1,10	188.372.800,00	1,10
Receitas Primárias (I)	128.571.110,08	143.049.162,10	1,11	143.504.081,77	1,00	152.566.400,00	1,06	167.823.040,00	1,10	184.605.344,00	1,10
Despesa Total	130.851.500,00	146.062.500,00	1,12	146.301.386,50	1,00	155.680.000,00	1,06	171.248.000,00	1,10	188.372.800,00	1,10
Despesas Primárias (II)	127.602.561,86	171.805.487,03	1,35	143.354.327,00	0,83	151.009.600,00	1,05	166.110.560,00	1,10	182.721.616,00	1,10
Resultado Primário (I-II)	968.548,23	1.993.675,07	2,06	2.093.358,82	1,05	1.556.800,00	0,74	1.712.480,00	1,10	1.883.728,00	1,10
Resultado Nominal	6.021.798,34	1.417.456,49	0,24	1.488.329,31	1,05	4.620.893,76	3,10	5.082.983,14	1,10	5.591.281,45	1,10
Dívida Pública Consolidada	65.466.060,03	71.207.007,03	1,09	74.767.357,38	1,05	74.726.400,00	1,00	82.199.040,00	1,10	90.418.944,00	1,10
Dívida Consolidada Líquida	24.991.103,34	54.439.826,34	2,18	57.161.817,66	1,05	37.363.200,00	0,65	41.099.520,00	1,10	45.209.472,00	1,10

*Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo BACEN. / ***IBGE (SÉRIE HISTÓRICA DOS ACUMULADOS NO ANO IPCA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II – METAS FISCAIS

Demonstrativo da evolução do patrimônio liquido

Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido

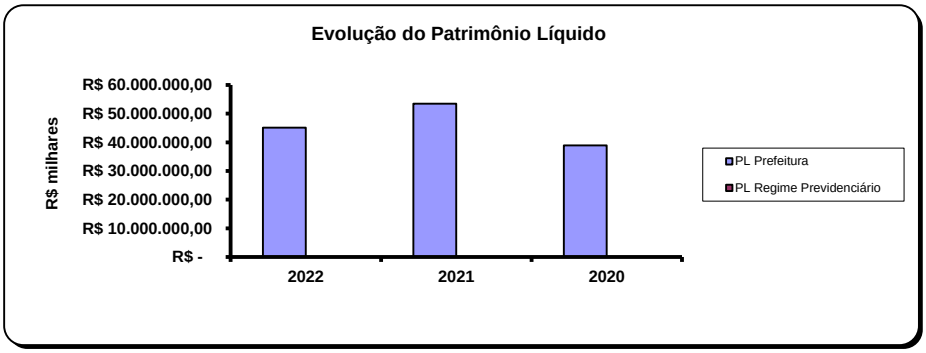
PREFEITURA DE MARAGOJIPE
Trabalhando para todos

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024 ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

LRF, Art. 4º § 2º, inciso III — R$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio / Capital	R$ -	0	R$ -	0	R$ -	0
Reservas	R$ -	0	R$ -	0	R$ -	0
Resultado Acumulado	R$ 45.083.994,11	0	R$ 53.434.283,07	0	R$ 38.902.287,71	0
TOTAL	R$ 45.083.994,11	0	R$ 53.434.283,07	0	R$ 38.902.287,71	0

REGIME PREVIDENCIÁRIO*						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio / Capital	0	0	0	0	0	0
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado Acumulado	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	0	0



FONTE: ANEXO - 14 BALANÇO PATRIMONIAL - 2019/2018

Nota Técnica: Diante da Pandemia do COVID-19, os prazos para encerramento do exercício foram prolongados e alguns dados podem sofrer alterações após o prazo para envio desta Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II – METAS FISCAIS

Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativo

End: Rua Perciliana Alves de Albergaria, 14 – Enseada – Cep: 44.420-000
CNPJ: 13.784.384/0001-22

Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos

PREFEITURA DE MARAGOJIPE
Trabalhando para todos

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

LRF, Art. 4º § 2º, inciso III — R$ milhares

RECEITAS REALIZADAS	2022	2021	2020
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0	0	0
Alienação de Bens Móveis	0	0	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
TOTAL	0	0	0

DESPESAS LIQUIDADAS	2022	2021	2020
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0
Investimentos	0	0	0
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESP. CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA *	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Servidores Públicos	0	0	0
TOTAL	0	0	0
	(c)=(a+b)+(f)	(f)=(d-e)+(g)	(g)
SALDO FINANCEIRO	0	0	0

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II – METAS FISCAIS

Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência do Servidor

End: Rua Perciliana Alves de Albergaria, 14 – Enseada – Cep: 44.420-000
CNPJ: 13.784.384/0001-22

Tabela 6 - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

PREFEITURA DE MARAGOJIPE
Trabalhando para todos

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024 ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

LRF, Art. 4º § 2º, inciso IV, alínea a — R$ milhares

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES	0	0	0
Receitas de Contribuição	0	0	0
Pessoal Civil	0	0	0
Pessoal Militar	0	0	0
Outras Contribuições Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0
Alienação de Bens	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS	0	0	0
Contribuição Patronal do Exercício	0	0	0
Pessoal Civil	0	0	0
Pessoal Militar	0	0	0
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	0	0	0
Pessoal Civil	0	0	0
Pessoal Militar	0	0	0
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT	0	0	0
OUTROS APORTES AO RPPS	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIENCIÁRIAS (I)	0	0	0
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2020	2021	2022
ADMINISTRAÇÃO GERAL	0	0	0
Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital	0	0	0
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0	0	0
Pessoal Civil	0	0	0
Pessoal Militar	0	0	0
Outras Despesas Correntes	0	0	0
Compensação Previd. de Aposent. RPPS e RGPS	0	0	0
Compensação Previd. de Pensões entre RPPS e RGPS	0	0	0
RESERVA DO RPPS	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	0	0	0
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I-II)	0	0	0
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	0	0	0

O MUNICÍPIO NÃO POSSUI RPPS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II – METAS FISCAIS

Estimativa e compensação da renúncia de receita

End: Rua Perciliana Alves de Albergaria, 14 – Enseada – Cep: 44.420-000
CNPJ: 13.784.384/0001-22

Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

LRF, Art. 4º § 2º, inciso V — R$ milhares

SETORES/PROGRAMAS/ /BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA				CONPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2024	2025	2026	
TOTAL					-

Nota:

1 - O Município não tem previsão de efetuar renúncia de receita para os exercícios de 2024, 2025 e 2026 por meio de incentivos fiscais, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, ou quaisquer outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II – METAS FISCAIS

Demonstrativo da Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

End: Rua Perciliana Alves de Albergaria, 14 – Enseada – Cep: 44.420-000
CNPJ: 13.784.384/0001-22

Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

PREFEITURA DE MARAGOJIPE
Trabalhando para todos

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DEPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

LRF, Art. 4º § 2º, inciso V — R$ milhares

EVENTO	Valor Previsto 2024
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	-
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III)=(I+II)	-
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	
Novas DDOC	
Novas DDOC geradas por PPP's	
Margem Líquida de Expansão de DDOC (III-IV)	-

Nota: Para verificação do aumento permanente de Receita foi considerado o crescimento das receitas correntes entre os exercícios e a expectativas para 2022/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO III – RISCOS FISCAIS

Tabela 9 - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024 ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

LRF, Art. 4º § 3º

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
Amortização da Dívida Fundada	R$ 1.556.800,00	Abertura de Créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência ou de cancelamento de despesas discricionárias	R$ 2.490.880,00
Precatórios / Sentenças Judiciais	R$ 778.400,00		
Endemias / Pandemias	R$ 155.680,00		
Aumento do Salário Mínimo que possa gerar impacto nas despesas de pessoal	R$ 311.360,00	Contingenciamento de despesa e/ou limitação de empenho e movimentação financeira, conforme Art. 9º da LC 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.	R$ 622.720,00
Frustração de Arrecadação	R$ 311.360,00		
TOTAL	**R$ 3.113.600,00**	**TOTAL**	**R$ 3.113.600,00**